

8 AGO 1988

Orçamento arrasa máquina federal

O presidente José Sarney será colocado nesta semana diante de um dilema ao receber do ministro do Planejamento, João Baptista de Abreu, o projeto de orçamento para 1989. O presidente terá que decidir entre promover o mais espetacular corte na administração federal jamais feito no Brasil ou optar por um mega déficit público para o próximo ano, o que fatalmente levará o país à hiperinflação. O presidente pode, entretanto, tentar jogar toda a força política que lhe sobra para arrastar a Constituinte até o próximo ano e adiar para 1990 a reforma tributária imposta pela nova Constituição, deixando a bomba nas mãos do seu sucessor.

Os ministros João Baptista de Abreu e Mailson da Nóbrega preparam o orçamento federal para 1989 seguindo rigorosamente a receita imposta pelo projeto da Constituinte. A nova Constituição, escrita sob a influência de governadores e prefeitos exaustos de suplicarem verbas em Brasília, estabelece uma reforma tributária que força a descentralização federal transferindo pelo menos 24% das receitas da União para os estados e municípios. Em números de hoje, significa que o governo federal deve perder algo próximo de dois trilhões de cruzados. A única maneira de cumprir a descentralização sem enxugar a máquina federal nem provocar déficit seria aumentar substancialmente os tributos federais, o que é praticamente impossível. Já não há mais o que tirar do contribuinte. Outra saída seria emitir loucamente dinheiro e inundar a praça de títulos públicos, ou seja, cometer o suicídio da hiperinflação.

Com este quadro na cabeça, sobrou aos ministros Mailson e João Baptista a alternativa de elaborar um orçamento reduzindo drasticamente o governo central e cortando programas baseados em repasse de verbas, isto é, acabando com órgãos que existem apenas para tomar o tributo federal para aplicá-lo nos estados e municípios. Partindo do princípio de que a Constituição transferiu uma boa fatia da arrecadação federal, a solução óbvia que se chegou foi a de simplesmente evaporar estes programas do orçamento e com eles a burocacia.

Nesta operação, de uma tacada só se cancelaram cerca de mil programas federais de assistência aos municípios e estados. E é aí que mora o diabo. Com isto o Ministério da Habitação e Urbanismo, chefiado pelo deputado Prisco Viana, fiel

escudeiro do presidente Sarney, será estrelado. Junto com ele será reduzido a pó o Ministério do Interior, do ex-governador João Alves. Na prática, estes ministérios, se não forem extintos, vão transformar seus titulares na constrangedora situação de serem ministros do próprio gabinete.

A operação desmonte atinge mortalmente outro ministro amigo do presidente, Reinaldo Tavares. O Ministério dos Transportes praticamente perderá o DNER — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — já que a manutenção das rodovias passará, de acordo com o projeto de orçamento, para os estados. A reforma atingirá também o ministro Íris Rezende, cujo ministério, o da Agricultura, perderá dezenas de órgãos, um destes a Embrater. É curiosa a situação desta empresa, que abriga milhares de funcionários, porque na verdade só coordena programa de assistência agrícola que de há muito é feita com competência pelos estados. Na expressão de um técnico da área econômica, a Embrater é um exemplo pronto e acabado de *gigolagem* de verbas federais.

A redução de tantos programas implicará redução de pessoal, mas como os ministros da área econômica sabem que demissão em massa é *overdose* para o presidente Sarney, vão apresentar alternativas não dolorosas. Uma delas será o reaproveitamento de servidores em funções mais úteis ao país e mais bem remuneradas. Por exemplo, a Secretaria da Receita Federal pode melhorar substancialmente a arrecadação se capturar uma parcela destes funcionários para sua debilitada rede de fiscais. Outros ministérios precisam de gente no lugar certo, e com isto pode ser evitado corte de pessoal.

Ainda não é possível prever a reação do presidente Sarney à proposta do ministro João Baptista, mas há sinais preocupantes de que ele pode preferir o caminho da fuga ao da coragem de mudar o perfil do governo federal. Há um movimento dentro do governo, apoiado por dóceis lideranças do PFL e do *Centrão*, no sentido de, sem alardes, esvaziar a Constituinte, negando-lhe quórum seguidamente. Ninguém vai assumir esta posição publicamente para não se indispor com governadores e prefeitos, principais beneficiários da reforma tributária, mas vão optar pela estratégia do “empurrar com a barriga”.

O senador Marcondes Gadelha, sacerdote do truque governista, comete uma falsidade quando diz que o término já da Constituinte interessa apenas ao doutor Ulysses Guimarães, que fará dela a bandeira do PMDB nas eleições municipais e presidenciais. Esquece o senador de que eleitores frustrados não cobrarão promessas apenas do PMDB, cobrarão de todos os 559 constituintes.

Etevaldo Dias